

# O trabalho escravo como expressão latente da questão social

**Autor: Bruno J. R. Boaventura**

Mestrando em política social pela UFMT

**Autora: Ivone Maria Ferreira da Silva**

Doutora em Serviço Social pela PUC – SP

publicado em 19.12.12

 [\[enviar este artigo\]](#)  [\[imprimir\]](#)

## Resumo

O presente texto elucida algumas implicações da escravidão para efeito de comprovar a sua caracterização como expressão latente da raiz da questão social no Brasil Colônia. Trazendo de maneira introdutória a importância de tal análise para as ciências sociais.

## Abstract

*This paper elucidates some implications of slavery for the purpose of proving its characterization as an expression of latent root of the social question in colonial Brazil. Bringing in an introductory way the importance of such an analysis for the social sciences*

**Palavras-chave:** Questão social. Escravidão. Brasil Colônia. Formação sócio-histórica.

**Keywords:** Social question. Slavery. Colonial Brazil. Sociohistorical formation.

**Sumário:** Introdução. 1 Estado e sociedade na ordem escravista no Brasil. 1.1 A cidade centrada no pelourinho. 1.2 O povoamento e as relações de trabalho escravo. 1.3 Formação econômica e escravismo colonial. 1.4 A formação do privatismo no Brasil: o Estado a serviço da escravidão. 1.5 A ética católica com espírito escravocrata. 1.6 A formação política do liberalismo brasileiro: o livre comércio do trabalho escravo. Conclusão. Bibliografia.

## Introdução

A escravidão, conforme coloca SILVA (2008), é categoria constituinte e atual no processo de formação da sociedade brasileira, não podendo ser descolada da raiz latente da nossa questão social.<sup>(1)</sup>

Evitamos, com tal caracterização, que a escravidão seja somente um ramo da investigação social do que denomina de “relações raciais”, considerando-a, também, como um ramo da investigação social da constituição da sociedade do trabalho no Brasil, como muito bem ressalta CARDOSO (2008). Tal premissa é imprescindível para que não caíamos no erro de acreditar que “tudo se passou como se a ordem escravocrata tivesse sido enterrada com a abolição, não transferindo ao momento posterior nada de sua dinâmica (e inércia) mais geral.”<sup>(2)</sup>

Reafirmando a necessidade do estudo da escravidão como expressão latente das raízes da questão social do Brasil, estamos demonstrando a existência da base da cadeia produtiva da acumulação primitiva do capitalismo mercantil para a ascensão do projeto da modernidade. A modernidade, no Brasil, não é a dupla face da moeda da burguesia (Revolução Francesa e Revolução Inglesa), é a face negra do escravo

marcada a ferro e fogo pelo senhor. É essa a face que evidencia a desumanidade da mercantilização total da vida, quando a base de uma ordem é a máxima do lucro pela exploração da pessoa como mercadoria. Esse, sim, é o dilema brasileiro da modernidade, baseado no que é chamado por IANNI (2004) de “dialética escravo e senhor no curso da história do mundo moderno”. Senão, vejamos:

“Vista assim, em perspectiva ampla, a história do mundo moderno é também a história da questão racial, um dos dilemas da modernidade. Ao lado de outros dilemas, também fundamentais, como as guerras religiosas, as desigualdades masculino-feminino, o contraponto natureza e sociedade e as contradições de classes sociais, a questão racial revela-se um desafio permanente, tanto no limite, a questão racial, em todas as suas implicações sociais, políticas, econômicas, culturais, ideológicas, pode ser vista como uma expressão e um desenvolvimento fundamentais do que tem sido a dialética escravo e senhor no curso da história do mundo moderno. A dialética do escravo e do senhor pode ser tomada como uma das mais importantes alegorias do mundo moderno, fundamental na filosofia, nas ciências sociais e nas artes.”(3)

Teremos, então, o percurso de evidenciar a latência da escravidão como raiz da questão social nos seguintes aspectos do início da formação social brasileira: a formação arquitetônica da cidade no Brasil Colônia centrada no pelourinho; a formação do povoamento por colonos degradados sobressaltando as relações do trabalho escravo; a formação econômica baseada no escravismo colonial; a formação do privatismo no Brasil; o Estado na colônia a serviço da escravidão; a formação da ética católica como espírito escravista; a formação política do liberalismo brasileiro: o livre comércio do trabalho escravo.

## **1 Estado e sociedade na ordem escravista no Brasil**

### **1.1 A cidade centrada no pelourinho**

Nenhum estudioso da escola de navegação de Sagres poderia imaginar que a descoberta de Cabral não seria apenas “uma ilha grande e boa para refresco e aguada dos navios que fossem à Índia”(4) como foi dito pelo próprio el-rei D. Manuel.

O interesse, o único – que fazia homens enfiarem oceanos, famílias serem desfeitas, o Rei desprezar a descoberta –, o chamar do vento nas velas das grandes navegações, não era encontrar um mundo novo, não era povoar: era o compulsório desejo de estabelecer uma nova rota comercial com o Oriente; a princípio, nada mais importava.(5)

Os embriões dos núcleos de organização político-administrativa na terra de Santa Cruz se desenvolveram a partir de feitorias construídas em certos pontos estratégicos ao longo do litoral para que houvesse uma constante, vigilância por receio de contrabandistas e estrangeiros, e que, ao mesmo tempo, foram utilizadas como entrepostos das caravelas portuguesas. Apesar de o caráter dessas feitorias ser apenas econômico-militar, eram todas marcadas com a cruz de Cristo. Era o próprio símbolo da colonização lusitana, demarcando a partir do fincar do símbolo na terra a afirmação da posse do território pela Coroa.(6) Não que ao longo do processo de colonização não surgissem abertamente conflitos entre os projetos de colonização da Igreja e do Estado, sobretudo todo no que tange à escravidão indígena.(7)

As feitorias, com a chegada dos colonos, foram se desenvolvendo a partir de um modelo de habitação circunscrito às construções dos edifícios públicos, como a Igreja, a Cadeia, a Câmara, a Alfândega. A medida que o estabelecimento desse modelo avançava, o que antes era feitoria passava a ser um aldeamento ou povoado, até chegar a Vila ou cidade. Depois da consagração da autoridade da fé com o fincar da Cruz, da ordem com a Cadeia, da política dos homens bons com a Câmara, da subordinação financeira à metrópole com a Alfândega, na última etapa do desenvolvimento do modelo era construído no centro da cidade a coluna

de pedra ou madeira para as chibatas aos criminosos ou negros, chamada de pelourinho, como “emblema do princípio da autoridade e da justiça”.(8)

No Brasil Colônia, a montagem da Cidade demonstra que o pelourinho era a marca particular indelével do arcabouço institucional. Inclusive, arquitetonicamente, o pelourinho ao centro dá a entender visualmente que a Cidade era centrada na ordem escravista.

Todos os edifícios públicos e seus respectivos símbolos devem então ter uma releitura de significado, pois colocado ao centro estava o pelourinho. Em uma Cidade do Brasil Colônia, qualquer visitante haveria de entender, ao olhar tal arquitetura, que a escravidão fazia a Igreja devota; a Justiça, cega; a Câmara, representada; a Alfândega, rica; e a Cadeia, lotada.

Ao que nos parece, termos um local de castigo aos negros bem no centro da cidade, dado como princípio da autoridade e da justiça. Ou seja, na autoridade do homem branco e na justiça da exploração do trabalho forçado, é representativo da implicação da escravidão como raiz latente da questão social do período do Brasil Colônia.

## **1.2 O povoamento e as relações de trabalho escravo**

Rotineiramente, deparamo-nos com a afirmação um tanto quanto duvidosa de que somos originários de um povoamento com mau caráter, por isso nossa condição contemporânea de subdesenvolvimento. Já descartamos tal hipótese ao afirmarmos o papel periférico do Brasil no processo da modernidade, do qual faz parte a colonização. Porém, tal dúvida nos serve com o propósito de avaliarmos o papel dos colonos na formação do povoamento e sua respectiva relevância para a questão social.

Muito dos colonos que chegavam, na verdade, eram forçadamente trazidos; o português, assim como qualquer outro europeu, não emigraria voluntariamente para os trópicos para ser simples colono.(9) Essa foi a razão de existir do degredo, a imposição em que não havia vontade. A imposição naturalmente não criaria a identidade com o mundo novo, não criaria, neste primeiro momento, a chamada identidade nacional, que se percebe com facilidade, por exemplo, na Revolução Americana.

Para bem entendermos a condição desses colonos, temos que o degredo era um pena bem comum na prática jurídica desde a baixa Idade Média, que foi aproveitada para os chamados de hereges e até para os fiéis católicos não tão fervorosos. Era a sanção daquele que era banido de seu país de origem, como Portugal, tanto pela justiça secular como pela justiça inquisitorial, para um lugar distante e não tão bem quisto, como o Brasil Colônia. Prática antiga que estava sendo aplicada em todos os reinos, principalmente na Inglaterra, que povoou a Austrália quase que exclusivamente por esse sistema.

A justificativa religiosa para tal prática era a purificação da sociedade cristã, mas a sua verdadeira intenção era a de povoar as novas possessões d'além-mar. Foi oficializada com um decreto de seis de maio de 1536 de João III, “o Rei Colonizador, com a seguinte redação:

“(...) que os moços vadios de Lisboa, que andam na ribeira a furtar bolsas, e fazer outros delitos, a primeira vez que fossem presos, se depois de soltos tornassem outra vez a ser presos pelos semelhantes casos, que qualquer degredo que lhes houvesse de ser dado fosse para o Brasil.”

Não só simplesmente povoar: os degredados poderiam inclusive ser admitidos no serviço público em navios de guerra, na armada ou nos ofícios da justiça e da fazenda, com exceção dos acusados de “roubos ou falsificações”.(10) Não era simplesmente degredar para povoar, mas povoar para afugentar as outras nacionalidades que acostavam no Brasil. Uma das perguntas respondidas por PIERONI (2006) é se os degredados realmente eram os “detritos humanos” ou “resíduos da sociedade”:

“As ordenações do Reino eram tão rígidas que o menor desvio do terreno da ortodoxia religiosa e moral conduzia os acusados aos tribunais seculares, eclesiásticos e inquisitoriais. Faltas hoje irrelevantes eram consideradas, à época, como crimes graves que podiam levar o acusado à sentença *morra por ello*, quer dizer, ‘condenação à morte’. Por exemplo, jogar cartas ou dados falsificados era, no Brasil colonial, um crime punível com o açoite e o degredo.”(11)

Ser degredado não significa, para os conceitos atuais, que a pessoa era um criminoso, mas sim alguém que foi banido com alguma justificativa, muitas das vezes totalmente infundada, para fins de colonização de um território ainda vazio. Para o efeito coercitivo da punição na consciência da massa, esse território vazio era representado com se fosse o próprio purgatório na terra dos homens.

Sendo devidamente explicada a desmistificação de que somos fruto de um povoamento feito exclusivamente por ladrões, temos que as características que nos interessam são: 1º) tais colonos degredados não vieram para trabalhar na produção, mas somente para acumular e administrar as terras coloniais;(12) 2º) como eram degredados, resta que o processo de povoamento foi realizado com imigração de base não familiar, ou seja, relações sociais mal definidas.(13)

Tais características, respectivamente, em relação a análise da questão social, levam-nos a concluir que: 1º) o povoamento por colonos degredados não é a particularidade da formação social, já que os colonos não são a base da força produtiva da colônia e não podem ser caracterizados como a raiz da força do trabalho no Brasil nesse período; 2º) a população com imigração de base não familiar tinha vínculos humanos resultantes apenas das relações de trabalho, na relação de administração de terras coloniais, ou seja, na administração da subordinação do escravo ao seu senhor.(14)

No Brasil Colônia, o povoamento por colonos degradados nos indica que o fundamento da questão social é o trabalho escravo, o chamado por SILVA (2008) de cimento original da sociedade brasileira.

### 1.3 Formação econômica e escravismo colonial

O modo de produção da colonização brasileira repetiu o método da monarquia agrária das Capitanias Hereditárias já aplicado nas Ilhas Madeiras, em Cabo Verde e nos Açores: a plantagem, que tem como função primordial o abastecimento do mercado mundial através da monocultura.

O sentido econômico da colonização era exclusivamente a exportação, não havendo razões para diversificar a produção com o incentivo à agricultura por pequenos proprietários. Consequentemente, não houve o desenvolvimento de um mercado interno tampouco a necessidade de existência de trabalhadores assalariados para consumir tal produção, como evidencia GREMAUD (1997):

“Para gerar uma produção exportável, com trabalho livre e terras abundantes, seria necessário o pagamento de salários muito elevados (para atrair o trabalhador diante da alternativa de se tornar um pequeno produtor independente), o que, por sua vez, limitaria o excedente a ser transferido para a metrópole. Daí a necessidade de formas de trabalho compulsório para atender ao próprio sentido da colonização – promover a acumulação primitiva.”(15)

Tal estrutura da economia colonial deu sustentação para o engessamento do desenvolvimento autônomo da colônia.(16) Isso que representa dizer que não havia como as relações de mercado interno, produção e consumo – por ausência deste – superarem as relações de trabalho em medida de importância para a formação social, todas oriundas da relação escravo e senhor.

A evidência maior de que a particularidade fundamental da questão social do Brasil Colônia é a escravidão está no esclarecimento feito por GORENDER (1985), de que, na plantagem brasileira, o escravismo adquire a natureza de modo de produção dominante, ao contrário do modo de produção secundário nas ilhas atlânticas, em escala tão superior que se torna a própria base de uma formação social historicamente nova.(17)

A rentabilidade econômica da plantagem requisitava o trabalho escravo, assim como o latifúndio e a monocultura. Três aspectos semelhantes ao feudalismo, assim como o autoritarismo semelhante do senhor de engenho ao do senhor feudal, porém ressalta que na plantagem brasileira a particularidade consiste “no fato de que entre as relações de propriedade vigentes no Brasil Colônia e no Brasil Império, aquela que tinha a função econômica principal e decisiva era não a propriedade da terra, como sucedera no feudalismo, mas a propriedade de escravos.”(18)

Na raiz da industrialização brasileira, acontece a adequação não do modo de produção da manufatura à máquina, mas da máquina ao trabalho escravo, gerando o que GORENDER (1985) denomina de modo de produção escravista colonial com elaboração industrial, assim explicado:

“O que cumpre salientar é que se tratava aqui de renda escravista industrial, ou seja, de renda criada mediante aplicação do trabalho escravo a um processo de elaboração industrial. Embora o processo em questão se inserisse no complexo de um estabelecimento agrícola, não encerrava natureza de trabalho agrícola, fixado à terra, nem poderia a renda que produzia ser identificada com qualquer tipo de renda da terra.”(19)

A semelhança entre a industrialização europeia e a brasileira é a necessidade de adquirir o modo de produção: na Europa, máquinas; no Brasil, negros africanos. O estudo coordenado pelo professor David Eltis, da Universidade Emory (EUA), numera com precisão que, ao todo, foram 4.864.374 de negros transportados ao país.(20) Desses, entre 30% e 50% chegaram vivos, muito deles desfigurados, sobretudo cegos, fazendo com que o preço de cada escravo chegasse a valer um sétimo de um sobrado.

Não só o modo de produção era baseado no trabalho escravo, mas também ressalta a importância do próprio tráfico de escravos, que se torna um dos negócios mais lucrativos do mercantilismo. Para aqueles que vendem, os próprios negros africanos, significa escambo com o propósito de obtenção de valores de uso; já para aqueles que revendem, os traficantes europeus, era circulação mercantil com objetivo de lucro.(21)

A formação econômica do Brasil é baseada no escravismo colonial. Temos, assim, a principal evidência de que a escravidão é a raiz latente da questão social no Brasil Colônia.

#### **1.4 A formação do privatismo no Brasil: O Estado a serviço da escravidão**

A escravidão sendo já muito bem caracterizada como a raiz latente da questão social na formação social, temos agora a análise do seu enfrentamento pelo Estado, pela Igreja e pela própria sociedade.

Aos colonos cabia o povoamento forçado, aos escravos, a produção e aos dignatários da Coroa, a classe fidalga, caberia o poder, a força do governo, o que levou GORENDER (1985) a bem apontar: “Os donatários não conservavam nenhum direito eminente sobre as sesmarias, cingindo-se tão somente a exercer o poder público”.(22) A sociedade colonial era uma sociedade de castas ao mesmo tempo em que era uma sociedade de classes, tendo como linha divisória central a liberdade – era dividida entre escravos e homens livres.(23)

Evidenciaremos então nítida a completa ausência de participação popular: o Estado, no Brasil Colônia, pertencia à classe dos homens livres, sendo

que o critério de liberdade não era somente a cor, mas também a propriedade. A manifestação da questão social, nesse sentido, é a própria legitimação da escravidão pela pessoalização do Estado na classe dos senhores – o chamado privatismo – e pela institucionalização do livre arbítrio destes para com a vida do escravo, como veremos.

Nas Capitanias Hereditárias, a cada fidalgo português escolhido pelo Rei era concedida uma faixa paralela de terra. Doava-se o Brasil através de Cartas que determinavam a exata porção do território do novo capitão donatário.

As três primeiras cartas régias, as *chartes* da nossa história, datadas de 1530, seriam a investidura de Martim Afonso em poderes excepcionais. Na primeira: 1) tomar posse do que achasse; e 2) estruturar o governo, a administração civil e militar, os ofícios de justiça e todo o serviço público necessário para assegurar a posse. Na segunda, o título de autoridade ampla para tanto, o de capitão-mor e governador das terras do Brasil, e ainda a singela, mas necessária, observação formal de que todos deviam obediência real “como se por em pessoa fosse mandado e sob as penas que elle impuzer”.(24)

Já o foral estipulava o que cada um desses pequenos soberanos devia pagar ao tesouro real. Além disso, tanto as Cartas de doação como o foral apresentavam caráter contratual entre o Rei e os donatários, já que as Ordenações e as leis gerais somente poderiam intervir nessa relação naquilo que não estava determinado por tais documentos. Entre os poderes dos donatários, estavam: o comando militar das vilas; a nomeação dos ouvidores, dos escrivães, dos meirinhos e dos demais oficiais da justiça; presidiam as eleições para os juizes; tinham o monopólio das marinhas, das moendas de água e de outros engenhos; cobravam os tributos; a vigésima parte de tudo o que era pescado e do pau-brasil (vintena); a quinquagésima parte dos metais e pedras preciosas; a redízima de todos produtos da terra, podiam escravizar índios em número ilimitado para o seu serviço e de seus navios; podiam declarar a pena de morte dos peões, dos escravos e dos gentios, bem como sentença de degredo; julgavam as apelações e os agravos oriundos de toda a sua Capitania.(25)

Aos amigos do grande amigo do Rei deu-se tudo, ou, como FLEIUSS (1922) colocou, “a terra dividida em senhorios, dentro do senhorio do Estado”. Essa divisão das terras nas capitanias não foi baseada em qualquer critério racional, simplesmente na arbítrio.(26)

Assim, o arbítrio do privatismo se inicia na doação de terras feita pela Coroa, atestado institucional da condição superior do fidalgo. Este, institucionalizado, passa a ter o arbítrio da escravidão dos índios e dos negros, e o poder da declaração de morte. O arbítrio finalizaria a sua cadeia de reprodução da hierarquia do poder no Brasil Colônia, formando a base da estrutura de comando da ordem escravista, com o senhor para com a vida de seu escravo, tendo o livre arbítrio de poder mandar matar um ser humano somente pela cor escura de sua pele, dar-se assim a natureza da escravidão moderna, bem colocada por CARDOSO (2008):

“(...) aqui se revela o caráter tirânico da dominação escravista no novo mundo e no Brasil em particular, onde a escravidão foi particularmente cruenta e predatória: o senhor podia tomar qualquer decisão em relação à vida de seu escravo, segundo seu arbítrio. Se considerasse que um escravo o ameaçava, podia mandar cortar seus pés, ou cegá-lo, ou supliciá-lo com as habituais 200 chibatadas, ou matá-lo. A relação senhor/escravo não era um pacto, o senhor não estava obrigado a preservar a vida de seu escravo individual. Muito ao contrário, sua liberdade de tirar a vida daquele que coisificara era definidora de sua posição de senhor, tanto mais quanto o fluxo de escravos no mercado lhe permitia repor o plantel sem maiores restrições. A escravidão, entre nós, não foi apenas negação do escravo como pessoa (sua coisificação). Foi sua negação como ser vivo. Está-se falando de séculos de horror, em que a escravidão como dilapidadora dos corpos negros dos cativos e

corruptora das mentes de seus senhores precisava ser reposta todos os dias, dia após dia com violência sempre renovada, destruidora constante de um dos polos da dialética hegeliana, que, por isso, precisava ser constantemente reposto. Em um sentido importante, a escravidão longa terminou por abstrair o rosto do escravo, despersonalizando-o e coisificando-o de maneira reiterada e permanente. Ao final, restava apenas sua cor, associada definitivamente ao trabalho pesado e degradante. Opera-se, com isso, a transposição do imaginário sobre a escravidão para a ordem capitalista: o povo só interessa na qualidade de conjunto de indivíduos resignados, um a um, à sua posição na hierarquia de posições, que recompensa cada qual desde que cada qual reconheça, naquele que recompensa, alguém com autoridade sobre si. O temor da ação coletiva do povo, atizada pelo elemento alienígena, é o equivalente funcional do medo da rebelião escrava, ele próprio o alienígena. A lenta modernização da sociedade brasileira nos inícios do século XX, que corroe muito a passo as estruturas tradicionais de dominação, não diluiu esse medo (...).”(27)

É esta a evidência da escravidão como raiz latente da questão social do Brasil Colônia, como perspicazmente leciona IANNI (1992):

“É claro que durante a vigência do regime de trabalho escravo havia uma questão social. O escravo era expropriado no produto do seu trabalho e na sua pessoa. Nem sequer podia dispor de si. Era propriedade do outro, do senhor, que podia dispor dele como quisesse, declará-lo livre ou açoitá-lo até a morte. (...) Não havia dúvidas sobre a situação relativa de um e outro, escravo e senhor, negro e branco. Não se abria nenhuma possibilidade de negociação. A questão social estava posta de modo aberto, transparente.”(28)

O arbítrio concentrado nas mãos de pouquíssimos e poderosos homens. Mesmo não sendo a propriedade de terra a base da formação econômica, a concentração de terra nos dá a exata noção de quanto o arbítrio do privatismo do Estado Brasileiro era também concentrado, já que 50% da área cultivável pertencia a 2% dos donos da terra.(29) No caso da Bahia, por exemplo, 26 famílias tradicionais e inter-relacionadas detinham um terço dos 316 engenhos.(30) Assim, a observação feita em 1802 por um professor de língua grega na cidade da Bahia, chamado VILHENA, nos evidencia que as relações coloniais eram coincidentes com a de MARX no que tange a institucionalização pelo Estado da exploração do homem pelo homem:

“A sociedade política compemse de proprietários e dos que não o são; aquelles são infinitivamente menos em número do que estes; o que he sabido. Pertence o proprietário comprar pello menor preço possível o unico bem do não proprietário, ou jornaleiro, como he o seu trabalho, elle porem se esforça por vendello pello mais que pode, e neste letigio sucumbe de ordinário o contendor mais debil, apesar de maior em numero.”(31)

As donatarias fracassaram, mas a concentração sempre haveria de permanecer. O fracasso era, sobretudo, político: os franceses assumiam importantes pontos ao longo do litoral, as revoltas eclodiam nos sertões, não havia como controlar o arbítrio dos capitães-donatários, e ainda existia a resistência dos povos indígenas. Para garantir a continuidade da esperança de lucros do negócio do rei – o pau-brasil e os promissores engenhos de açúcar –, houve então a reforma do sistema, criando um poder central chamado de governo-geral, que delegaria a autoridade real do monopólio, da renda e dos tributos aos agentes locais.(32) Essa criação era fruto da esperança de que todas as outras localidades pudessem também ser sucessos econômicos como Pernambuco e São Vicente.

Em volta desses agentes locais, propriamente os latifundiários, estruturou-se o município com a particularidade brasileira, sem nenhuma relação com o *self-government* saxônico, ou seja, sem nenhum sistema representativo. Novamente se obedecia a lógica do arbítrio: o município, assim como as capitanias e o governo-geral, era o próprio “exercício

privado de funções públicas e o exercício público de atribuições legais. O déspota colonial e o potentado privado têm aí suas origens, origens que o tempo consolidaria".(33)

Até mesmo os impostos eram arrecadados por meio de contratos com particulares. Essa simbiose do público com o privado é bem definida pelo aforisma de CARVALHO (2008): "o poder do governo terminava na porteira das grandes fazendas".(34)

A consolidação de uma representação política baseada na tendência patriarcal da formação social escravista, na qual o chefe autoritário do grande núcleo social é o garantidor da sobrevivência de uma numerosa famulagem servil(35). Isso gerava como consequência principal o clientelismo, o que se dava, conforme GORENDER (1985) afirma, "desde a distribuição de presentes como prêmio à fidelidade até o sustento de bandos de capangas. Do compadrio à capangagem, criava-se, em torno da casa-grande, uma clientela fiel ao grande proprietário rural".(36)

Para governador-geral foi escolhido por Dom João III o fidalgo de larga experiência Tomé de Sousa, o mordomo-mór do Rei. Os Regimentos de 17 de novembro de 1548, que instituíram tal reforma, foram considerados como normas-base para todos os donatários, considerados por Serafim Leite como "verdadeira carta magna do Brasil e sua primeira Constituição, tendente à unificação territorial e jurisdicional, já com os elementos aptos para uma colonização progressiva".(37)

A tríade das funções do paternalismo brasileiro figura-se centrado em pessoas, e não em funções do Estado. Ao invés de Executivo, Legislativo e Judiciário, temos, no início de nossa história, respectivamente: o governador geral, o provedor-mor e o ouvidor-geral. É a nomenclatura institucional dando clareza à pessoalização do poder pelo privatismo do Estado no Brasil Colônia.

O Governador-Geral, segundo as competências estabelecidas pelo Regimento de 1548, é a própria personificação do centro de tudo aquilo que interessa à Coroa saber. A primeira dessas competências é velar para que o gentio, ou seja, aquele nascido no Brasil ou em Portugal, pudesse ser identificado como integrante não do povo brasileiro – não existe ainda esta definição –, mas sim daquilo que o próprio Governador Geral entendesse que fosse nobiliárquico o suficiente para merecer reparação a eventual dano, com um consequente "castigo" ao delinquente.

Em tal Regimento algumas disposições definiam o tratamento dado aos índios. A Coroa, ao estabelecer que o Governador Geral deveria prudentemente fazer aliança de paz com as tribos amigas (tupiniquins), deu a exata medida do tratamento dispensado aos indígenas: eram outro povo, eram uma nação dentro de outra nação – era preciso pacificá-la ou então eliminá-la. Caso passíveis de colonização, o regimento estabelece a paz, o que na prática era a compra da força de trabalho da pacificação da relação com o indígena em troca de miçangas ou outros objetos de valor ínfimo. Isso, ao longo tempo, não perdura, já que não só das doenças do corpo o índio padece, mas também da ambição por mais objetos, e consequentemente se torna um empecílio ao lucro, sendo então substituídos os atrativos de objetos pela coação, conforme lembra PRADO JR (1999).(38)

Caso oponham resistência, como os tupinambás, o regimento estabelece "repelir com exemplares castigos". Já quando houvesse guerra contra os próprios índios ou contra estrangeiros, a regra era usar os índios como soldados, dispensando-os assim que possível. Regra esta que seria repetida na Carta Régia de 1570 de D. Sebastião, denominando de guerras justas aquelas travadas em legítima defesa contra ataques dos índios, o que na prática dos colonos será a primeira das legitimações para qualquer escravidão dos índios.(39) Havendo índios amigos, o que significava que estavam convertidos na fé cristã e sujeitos a morarem perto dos demais cristãos, estes deveriam receber terra, mas com o



cuidado de serem longe dos outros índios ainda tidos como pagãos. Ao Governador Geral cabia executar a proibição de que armas pudessem ser dadas a qualquer índio.

As relações coloniais dão base para uma estrutura social característica do tipo iberoamericana, marcada por uma aristocracia vinda de além-mar. Aristocracia que falha ao ser levada tardiamente, como pontua SALDANHA (1968), por uma mentalidade dominada pelo nobilismo da classe fidalga, que repete o estilo de vida dos senhores feudais, quando em toda a Europa o Estado já anunciava a decadência do feudalismo.(40)

A mentalidade do arbitrio do privatismo dessa classe fidalga projetava uma estrutura no Brasil Colônia que teve a seguinte conclusão, trazida por BOSI (1992): Lei, trabalho e opressão são correlatos sob o escravismo colonial.(41)

A lei era sinônimo de legitimação da escravidão; importa dizer que o privatismo do Estado no Brasil Colônia estava a serviço da escravidão. No início da criação de uma cultura jurídica própria, tivemos uma legislação autóctone com base no conservadorismo lusitano adaptado com casuísmos oportunistas da elite agrária, ao ponto de termos um rol de liberdades copiadas da Constituição Francesa de 1791 antinomicamente interligado com a legitimação da escravidão.(42)

### 1.5 A ética católica com espírito escravocrata

A classe fidalga era filha da nobreza, a que todos deviam fidelidade à Coroa, mas também à Igreja Católica. Eram todos soldados de Cristo, todos soldados da Contrarreforma, da aniquilação do espírito crítico e do desincentivo ao progresso social advindo com o capitalismo pelo apego desviado à tradição das crenças religiosas; essa foi a cultura propagada de Portugal para o Brasil.(43) Primeiramente, a aniquilação do espírito crítico pode ser exemplificada pela demora do aparecimento da tipografia no Brasil, já que fomos o último país das Américas a ter tal tecnologia.(44)

Já o desincentivo ao progresso social estava entre as tradições. Conforme Weber explana, a ética católica sobrevive no modo de vida medieval, o qual estava assim intimamente relacionado com a Igreja Católica. O chamado viés econômico deste modo de vida condenava o desejo por lucro, colocando-o como desgraçado. O dogma completo, "*Homo mercator vix aut numquam potest deo placere*", presente no Decreto de Graciano, significa que *o homem que é mercador nunca pode agradar a Deus*.

No Estado brasileiro, seguiu-se a tradição do Estado português de romanizar com um racionalismo formal com codificações sempre a figura do Rei como supremo comandante militar: a ordem social disciplinada pela Coroa.(45) Essas características expressadas na religião e no direito, diferentemente do feudalismo do resto da Europa, eram própria do patrimonialismo lusitano. Essa forma de domínio nesse específico estágio, para FAORO (2008), foi o fator para o impedimento do desenvolvimento do capitalismo em Portugal e, por consequência, no Brasil. É descrita como:

"ordem burocrática, com o soberano sobreposto ao cidadão, na qualidade de chefe para funcionário (...). O sistema patrimonial, ao contrário dos direitos, privilégios e obrigações fixamente determinados do feudalismo, prende os servidores em uma rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano. (...) Com o rei, livremente recrutada, uma comunidade – patronato, parceria, oligarquia, como quer que a denomine a censura pública – manda, governa, dirige, orienta, determinando, não apenas formalmente, o curso da economia e as expressões da sociedade, sociedade tolhida, impedida, amordaçada."(46)

HOLANDA. (1995), romantizando esse recrudescimento do estilo de vida católico-lusitano, floreia que, para um português ou um espanhol, era mais nobre o ócio do que a luta insana pelo pão de cada dia, era mais valioso o amor e a contemplação do que o negócio ou a atividade

produtora,(47) tomando para a vida um sentido mais comunitário. Porém, o que temos é a Igreja católica ibérica tentando aniquilar como pode a nova forma de concepção do ser humano, o capitalismo protestante, seja tranquilizando o espírito crítico, seja caçando bruxas, impondo, assim, mais uma vez, o medo como arma para obtenção do controle da ordem social. CARVALHO (2008) leciona que não poderia haver sentido comunitário em Estado absolutista germinado na plantação escravista; o que acabou frutificando foi o paternalismo do governo e dos senhores.(48)

A escravidão era a base de toda a sociedade brasileira, apoiada inclusive na interpretação tradicional dos católicos de que a Bíblia e o cristianismo permitiam a escravidão. Os conventos, os clérigos das ordens religiosas e até os padres, todos possuíam escravos.(49) Esclarece GORENDER (1985) que os jesuítas não só recomendaram o emprego de africanos no Brasil como exploraram escravos negros em suas numerosas plantagens e fazendas de gado e auferiram rendimentos do tráfico, inclusive de sua prática direta na África.(50)

Esse paradoxo teleológico é explicado pela aliança do poder aristocrático da Coroa com as elites agrárias locais na defesa da ordem escravista.

### **1.6 A formação política do liberalismo brasileiro: o livre comércio do trabalho escravo**

A liberdade não era política por não ter a pretensão de livrar o povo do jugo da opressão; não era da humanidade por não ter o interesse em acabar com a escravidão; era então econômica, mas periférica, já que, conforme SANTOS (2008), “a burguesia brasileira possui um horizonte cultural e econômico ditado pela sua inserção subalterna na dinâmica comercial do capitalismo industrial já então plenamente consolidado em nível mundial”.(51)

Alfredo Bosi identificou em uma análise semântico-histórica quatro significados propagados do termo liberalismo no Brasil, os quais vêm isolados ou variadamente combinados: 1) liberal, para a nossa classe dominante até os meados do século XIX, pôde significar conservador das liberdades conquistadas em 1808, de produzir, vender e comprar; 2) liberal pôde, então, significar conservador da liberdade alcançada em 1822, de representar-se politicamente ou, em outros termos, ter o direito de eleger e de ser eleito na categoria de cidadão qualificado; 3) liberal pôde, depois, significar conservador da liberdade (recebida como instituto colonial e relançada pela expansão agrícola) de submeter o trabalhador escravo mediante coação jurídica; e 4) liberal pôde, enfim, significar ser capaz de adquirir novas terras em regime de livre concorrência, ajustando assim o estatuto fundiário da Colônia ao espírito capitalista da Lei de Terras de 1850.

Os significados do liberalismo podem alterar na formatação das arestas, mas o conteúdo a ser concretizado sempre permanece o mesmo e tem como pano de fundo a manutenção das prerrogativas econômicas e políticas da oligarquia, quais sejam: econômicas – comércio, produção escravista, compra de terra; e políticas – eleições indiretas e censitárias.(52)

Esse liberalismo brasileiro, que rejeitava o princípio da soberania popular enquanto prática decisória democrática, tinha justificativa propagandeada pelos principais jornais. Um expoente da defesa dessa rejeição, Evaristo da Veiga nos traz que a não participação democrática era sustentada pelo princípio um tanto quanto natural da desigualdade dos homens superiores e dos homens inferiores:

“contrário: 1º – ao fato da desigualdade, estabelecida pela natureza entre as capacidades e as potências individuais; 2º – ao fato da desigualdade de capacidades provocadas pela diferença de posições; 3º – à experiência do mundo que viu sempre os tímidos seguirem aos bravos, os menos hábeis obedeceram aos mais hábeis, as inferioridades naturais reconhecerem as superioridades naturais e obedecerem. O princípio da soberania do povo,

isto é, o direito igual dos indivíduos à soberania, e o direito de todos os indivíduos de concorrer à soberania é radicalmente falso porque, sob pretexto de manter a igualdade legítima, ele introduz violentamente a igualdade onde não existe e viola a desigualdade legítima.”(53)

FERNANDES (2005) identifica que tal discurso do liberalismo brasileiro possuía duas funções. De um lado, preencheu a função de dar forma e conteúdo às manifestações igualitárias diretamente emanadas da reação contra o “esbulho colonial”. Nesse nível, ele propõe o problema da equidade da maneira pela qual era sentido por aquelas elites: como emancipação dos estamentos senhoriais das limitações oriundas do estatuto colonial e das formas de apropriação colonial. Tratava-se de uma defesa extremamente limitada, tosca e egoística, mas muito eficaz, dos “princípios liberais”, pois só entravam em jogo as probabilidades concretas com que os membros desses estamentos contavam para poderem desfrutar, legitimamente, a soma da liberdade, do poder de igualdade e da fraternidade de interesses inerentes ao seu *status* na estrutura social. De outro lado, desempenhou a função de redefinir, de modo aceitável para a dignidade das elites nativas ou da nação como um todo, as relações de dependência que continuariam a vigorar na vinculação do Brasil com o mercado externo e com as grandes potências da época. Nesse nível, ele propõe o problema da soberania como se existisse, de fato, uma interdependência vantajosa e consentida, resultante e corretiva, ao mesmo tempo, da especialização econômica internacional e da complementaridade da influência civilizadora das nações. No fundo, porém, apenas encobria, por meio de ficções toleráveis, diversas modalidades evidentes de subordinação, que não seriam suprimidas nem alteradas fundamentalmente com a extinção do estatuto colonial.(54)

## Conclusão

A raiz latente da questão social no Brasil Colônia é, sim, a escravidão e o seu enfrentamento pelo abolicionismo, que se tornam a particularidade da nossa formação social. Novamente vale ressaltar que a particularidade demonstrada pela questão social no início da formação social brasileira é fundamentada no sangue do negro, na exploração desumana para sustentação da base da cadeia da acumulação primitiva do capitalismo mercantil de Portugal. Essa é a característica fundante da nossa questão social, como coloca SILVA (2008): uma relação de acumulação, nos moldes capitalistas da fase mercantil, baseada na profunda exploração do trabalho escravo.(55)

É isso que evidencia o início da formação social brasileira em seus seguintes aspectos: a formação arquitetônica da cidade no Brasil colônia, centrada no pelourinho; a formação do povoamento por colonos degradados, sobressaltando as relações do trabalho escravo; a formação econômica baseada no escravismo colonial; a formação do privatismo no Brasil, o Estado na colônia a serviço da escravidão; a formação da ética católica com espírito escravista; e a formação política do liberalismo brasileiro – o livre comércio do trabalho escravo.

## Bibliografia

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.

CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. **Novos estudos** – CEBRAP, São Paulo, n. 80, m. 2008 . Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 n. 2012.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005.

FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1922.

FONSECA, Ricardo Marcelo. **A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX**. Trabalho apresentado no 2º Congresso Brasileiro de História do Direito, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985.

GREMAUD, Amaury Patrick. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **A idéia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

LEITE, Serafim Apud FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008.

PEDROSA, Ronaldo Leite. **Direito em história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

PIERONI, Geraldo. **Os excluídos do Reino**: a Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia. 2. ed. Brasília: UNB, 2006.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SALDANHA, Nelson. **História das idéias políticas no Brasil**. Recife: Imprensa Universitária, 1968.

SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientador: Prof. Dr. José Paulo Netto.

SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos. Cuiabá: EdUFMT, 2008.

WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Forense, 1996.

## Notas

1. SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos. Cuiabá: EdUFMT, 2008. p. 34.

2. CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. **Novos estud. – CEBRAP**, São Paulo, n. 80, mar. 2008. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 nov. 2012.

3. IANNI, Octavio. **Dialética das relações raciais**. *Estud. av.* [online]. 2004, v.18, n° 50 [cited 2012.11.18], p. 21-30. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142004000100003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100003&lng=en&nrm=iso)>. ISSN 0103-4014.

4. FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1922. p. 2.
5. PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 43.
6. FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1922. p. 3.
7. BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia das letras, 1992. p.33.
8. FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1922. p. 4.
9. PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999. p. 55.
10. PIERONI, Geraldo. **Os excluídos do Reino**: a Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia. 2. ed. Brasília: UNB, 2006. p. 28, 31, e 32 .
11. PIERONI, Geraldo. **Os excluídos do Reino**: a Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia. 2. ed. Brasília: UNB, 2006. p. 37.
12. SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos. Cuiabá: EdUFMT, 2008. p. 30.
13. SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos. Cuiabá: EdUFMT, 2008. p. 36.
14. SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social no Brasil**: fundamentos sócio-históricos. Cuiabá: EdUFMT, 2008. p. 39.
15. GREMAUD, Amaury Patrick. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 17
16. GREMAUD, Amaury Patrick. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1997. p. 20.
17. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p.138.
18. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p.399.
19. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p.409
20. Disponível em: <<http://www.slavevoyages.org>>. Acesso em 14. nov. 2012.
21. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 129.
22. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 379.
23. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 548.
24. FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos. 1922, p. 6.
25. FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos. 1922, p. 12.

26. FLEIUSS, Max. **História Administrativa do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos. 1922, p. 10 e 13.
27. CARDOSO, Adalberto. Escravidão e sociabilidade capitalista: um ensaio sobre inércia social. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 80, mar. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002008000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 17 nov. 2012.
28. IANNI, Octavio. **A ideia de Brasil moderno**. São Paulo: Brasiliense, 1992. p. 88.
29. PEDROSA, Ronaldo Leite. **Direito em história**. 6. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008. p. 330.
30. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 561.
31. VILHENA, Luiz dos Santos. Tomo II. Livro IV, anno 1802. Bahia: Edição de Braz do Amaral, 1921. p. 932 Apud SALDANHA, Nelson. **História das idéias políticas no Brasil**. Recife: Imprensa Universitária, 1968. p. 55.
32. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008. p. 163.
33. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008. p. 210.
34. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 21.
35. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 272 e 274.
36. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 273.
37. LEITE, Serafim Apud FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008. p. 167.
38. PRADO JÚNIOR, Caio. **História e desenvolvimento**: a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999.p. 46.
39. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 491.
40. SALDANHA, Nelson. **História das idéias políticas no Brasil**. Recife: Imprensa Universitária, 1968. p. 31.
41. BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia das letras, 1992. p. 23 e 24.
42. FONSECA, Ricardo Marcelo. **A cultura jurídica brasileira e a questão da codificação civil no século XIX**. Trabalho apresentado no 2º Congresso Brasileiro de História do Direito, na Universidade Federal Fluminense, em Niterói.
43. WOLKMER, Antonio Carlos. **História do Direito no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Forense, 1996. p. 42 e 43.
44. SALDANHA, Nelson. **História das idéias políticas no Brasil**. Recife: Imprensa Universitária, 1968. p. 69.
45. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008. p. 27.

46. FAORO, Raymundo. **Os donos do poder**. Formação do patronato político brasileiro. 4. ed. São Paulo: Globo, 2008. p. 35, 38 e 62..
47. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 38.
48. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 51.
49. CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 20, 49 e 50.
50. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1985. p. 128
51. SANTOS, Josiane Soares. **Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro**. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Orientador: Prof. Dr. José Paulo Netto.
52. BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 199 e 200.
53. VEIGA, Evaristo da apud BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992. p. 217.
54. FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Globo, 2005. p. 52 e 53.
55. SILVA, Ivone Maria Ferreira da. **Questão social no Brasil: fundamentos sócio-históricos**. Cuiabá: EdUFMT, 2008. p. 29 .

**Referência bibliográfica** (de acordo com a NBR 6023: 2002/ABNT):

BOAVENTURA, Bruno J.R.; SILVA, Ivone Maria Ferreira da. O trabalho escravo como expressão latente da questão social. **Revista de Doutrina da 4ª Região**, Porto Alegre, n. 39, dez. 2010. Disponível em:  
< [http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao051/BrunoBoaventura\\_IvoneSilva.html](http://www.revistadoutrina.trf4.jus.br/artigos/edicao051/BrunoBoaventura_IvoneSilva.html)>  
Acesso em: 11 jan. 2013.